

Butler, Judith (2021), *A força da não-violência*

Pedro Fidalgo



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/rccs/12955>
DOI: 10.4000/rccs.12955
ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 maio 2022
Paginação: 193-196
ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Pedro Fidalgo, «Butler, Judith (2021), *A força da não-violência*», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 127 | 2022, publicado a 22 junho 2022, consultado a 29 junho 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/12955>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.12955>



**Butler, Judith (2021), *A força da não-violência*. Lisboa: Edições 70, 166 pp.
Tradução de Hugo Barros [ed. orig. 2020]**

Amplamente conhecida pelo seu trabalho sobre género – que nos anos 1990 abalou os entendimentos rígidos sobre o corpo e a identidade e deu lugar à consolidação de uma reflexão *queer* sobre a forma como fazemos os géneros¹ –, Judith Butler apresenta agora um importante contributo para o conhecimento no campo dos estudos da paz, das violências e das resistências.

Publicado em português em março de 2021 pela Edições 70, *A força da não-violência* é uma fascinante reflexão no campo da filosofia política sobre os fenómenos da violência e da não-violência, desenvolvida em articulação com a análise de problemas centrais da contemporaneidade.

Organizado em quatro capítulos, o livro arranca com uma crítica ao individualismo e um apelo ao reconhecimento das formas de vida como inerentemente interdependentes. Butler desafia os limites do corpo como circunscrição da esfera pessoal, alargando-a às relações e aos laços sociais indispensáveis à experiência viva, não só humana, mas de todas as formas de vida. Este entendimento de uma “interdependência social” complexa (p. 25) permite diluir os limites entre o “eu” e “o outro” antropológicos levando a autora a propor que, de facto, “a violência contra o outro é [...] violência contra si mesmo, algo que se torna claro quando reconhecemos que a violência ataca a interdependência viva que é, ou deveria ser, o nosso mundo social” (p. 31).

Butler reconhece que os conceitos de violência e de não-violência são contestados

e “escorregadios”. Isto porque a definição do que constitui um ato de violência e a identificação de quem ou o que é violento são construções sociopolíticas exercidas num quadro de referência influenciado por relações de poder. Neste contexto, a autora aponta o Estado como detentor do monopólio da violência legítima, e as instituições como tendo um poder desproporcional em relação aos seus eventuais críticos e opositores. Transportando a discussão sobre violência para o campo da epistemologia, Butler abstém-se de apresentar tipologias, reconhecendo a dificuldade de estabelecer o limite entre a violência e a não-violência, propondo antes uma reinterpretação destes conceitos.

A violência deve ser definida, nesta interpretação butleriana, como um ataque à interdependência social que caracteriza a vida: um ataque às pessoas mas, acima de tudo, um ataque aos vínculos ou laços sociais que nos unem neste sistema de interdependência (p. 24). Na prática, o alcance do termo é muito abrangente e vai desde atos de fala que ferem o outro, ao golpe como clímax da violência, até à violência das estruturas sociais, económicas e legais, apontando para o racismo, a heterocisnormatividade e o classismo sistémicos.

Butler recorre ao conceito de enlutabilidade – anteriormente explorado pela autora em *Precarious Life: The Power of Mourning and Violence*² – para refletir sobre desigualdades sociais. Num modelo de sociedade desigual em termos

¹ Ver, por exemplo: Butler, Judith (1993), *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of “Sex”*. New York/London: Routledge; Butler, Judith (1999), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York/London: Routledge [ed. orig. 1990].

² Butler, Judith (2006), *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. New York: Verso [ed. orig. 2004].

de enlutabilidade, isto é, em que certas vidas são mais valorizadas do que outras, coexistem nas sociedades vidas enlutáveis e inlutáveis, respetivamente enquadradas como dignas e indignas de luto.

A enlutabilidade é, para a autora, um princípio intimamente articulado com as lógicas de desigualdade, uma vez que “orienta a organização social da saúde, alimentação, alojamento, emprego, vida sexual e cívica” (p. 57). Exemplos de fenómenos de violências – efeito deste sistema de distribuição desigual da enlutabilidade das vidas – são: a violência policial letal contra pessoas negras (e particularmente mulheres negras) nos Estados Unidos da América, a recusa de prestação de auxílio a pessoas refugiadas no mar Mediterrâneo na Europa, ou mesmo o elevadíssimo número de vítimas de feminicídios na América Latina. Uma vez que o mundo é um “campo de forças da violência” (p. 20), a autora enquadra a não-violência sempre como um exercício crítico, assente num reconhecimento da interdependência social que impele para uma prática coletiva de resistência motivada pelo reconhecimento da injustiça social. Neste sentido, este conceito não se limita a posições passivas perante a vulnerabilidade, mas antes a tomadas de posição éticas e políticas que se materializam em experiências de resistência, como greves, paralisações, boicotes, assembleias públicas, petições, entre outras, que questionam a legitimidade de instituições ou de um regime, como é o caso da greve geral ou de formas de resistência antirracista (p. 118) – e, acrescentaríamos, *queer*.

Ao longo do livro, Butler desenvolve um manifesto para uma ética e política da

não-violência em articulação com as ideias de autores como Michel Foucault, Frantz Fanon, Walter Benjamin, Robert Cover, Étienne Balibar, Sigmund Freud e Albert Einstein. Recorrendo à teoria psicanalítica de Freud, bem como à correspondência desse autor com Einstein, Butler enquadra a violência e a não-violência como fenómenos simultaneamente sociopolíticos e psíquicos (p. 142). A autora faz também uso da teoria de Freud – e particularmente do conceito de “pulsões de morte” (p. 132) – na sua relação com a guerra, para pensar a violência tanto num plano inter-relacional como nas relações internacionais.

Superar o efeito destrutivo inerente à psique e aos vínculos sociais implica redirecionar este potencial destrutivo para algo que não “o outro” e não “eu próprio”. A sugestão da autora é que este seja direcionado contra a própria destrutividade, travando uma guerra contra a guerra, uma intolerância contra a intolerância, uma insurgência contra a tirania. Este redirecionamento corresponde ao “pacifismo militante” proposto por Einstein,³ à “lei do amor” de Mahatma Gandhi,⁴ ou o que Butler chama agora de “ética e política da não-violência” (p. 91).

Butler reflete sobre a condição de vulnerabilidade, concluindo que uma política informada pela vulnerabilidade terá que ter em conta que as pessoas vulneráveis são ambivalentes na sua condição. O facto de se encontrarem desproporcionalmente expostas às violências não implica passividade, pelo contrário, coexiste e impele à resistência. A autora é crítica de uma visão das pessoas vulneráveis como meros recetáculos de violências, apontando para o arquétipo das pessoas que sofrem e lutam.

³ Nathan, Otto; Norden, Heinz (orgs.) (2017), *Einstein on Peace*. New York: Pickl Partners Publishing, p. 125.

⁴ Weinberg, Arthur; Weinberg, Lila (orgs.) (2002), *The Power of Nonviolence: Writings by Advocates of Peace*. Boston: Beacon Press, p. 45.

No entender da autora, políticas centradas na vulnerabilidade proporcionam um merecido “alívio” da sua precariedade (p. 156), mas aponta sobretudo a necessidade de estas políticas serem articuladas com um esforço de transformação das estruturas de poder.

Para as transformar, Butler impele-nos para um caminho político de uma ação coletiva, informada pela ética da não-violência e apontada para uma igualdade radical (p. 164). Um caminho que abandone uma perspetiva individualista, própria do neoliberalismo, e reconheça o carácter interdependente das vidas humanas, bem como a sua interdependência com as vidas não-humanas e os sistemas vivos, incluindo a terra e a natureza (p. 161). Com frequência, dado

o carácter ambivalente dos vínculos sociais, a resistência tomará as formas de “um amor enfurecido, [um] pacifismo militante, [uma] não-violência agressiva e [uma] persistência radical” (p. 164).

Tal política apresenta-se certamente com um carácter utópico inultrapassável, que a autora reconhece no final do livro. Uma igualdade radical constitui, no entanto, um “novo imaginário” (p. 164) – além do informado pelos “fantasmas” raciais e heterocissexistas (p. 39), pelas lógicas de guerra e pela violência estatal –, que pode ser a base para a construção de novas e reforçadas solidariedades.

Pedro Fidalgo

Revisto por Alina Timóteo

Pedro Fidalgo

Investigador Júnior no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra | Mestrando na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: pedrofidalgo@ces.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7729-122X>

<https://doi.org/10.4000/rccs.12955>


